

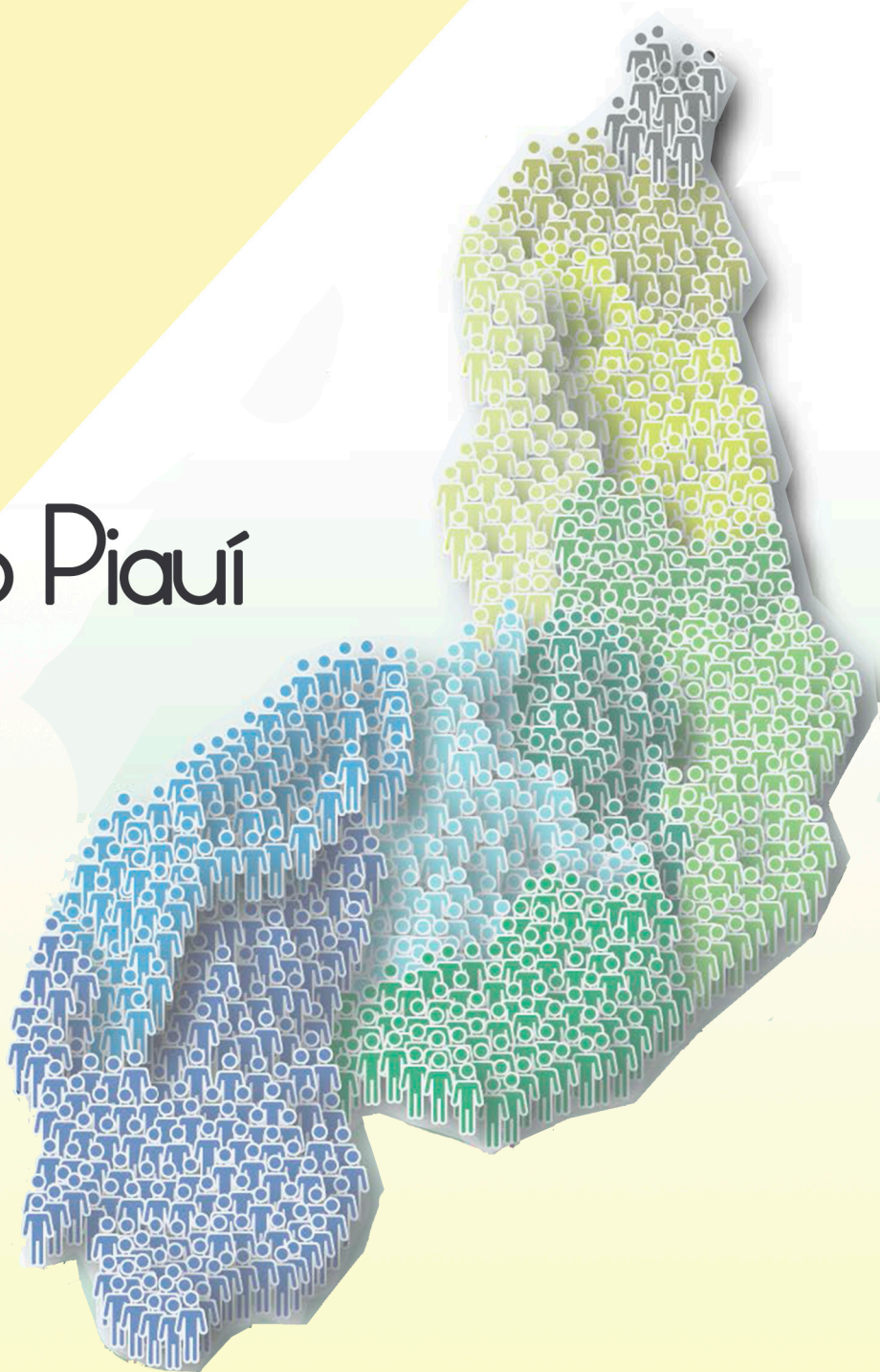


SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS

PIB

do Estado do Piauí

2017



Teresina
2019

PIAUI

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

2017

Teresina – 2019

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)
Liége de Sousa Moura

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS
Fernanda Almeida Moita

COORDENADOR DE CONTAS REGIONAIS
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior

ELABORAÇÃO
Delso Ribeiro de Carvalho - delso.carvalho@cepro.pi.gov.br
Evaristo Alves dos Reis Júnior - evaristoreis@cepro.pi.gov.br
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior - manfredi.jr@cepro.pi.gov.br
Tancredo Dantas Neiva - tancredo.neiva@cepro.pi.gov.br

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes
Luciana Maura Sales de Sousa
Alcides Luís Gomes da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Cristiana de Moraes Nunes Melo

CORRESPONDÊNCIA
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa ,3265/Sul – CEP 64001-490 – Teresina – Piauí
Telefone: 0xx86 3221-3580
www.cepro.pi.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que mencionada a fonte.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2017.....	6
3 AGROPECUÁRIA	12
4 INDÚSTRIA	13
5 SERVIÇOS	15
APÊNDICE.....	17
GLOSSÁRIO.....	24

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO), vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, por meio da sua Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto – PIB do Piauí, para o ano de 2017 pela ótica da produção.

Neste documento são divulgados resultados consolidados do PIB e PIB per capita do Piauí, Brasil e demais unidades da Federação. São apresentadas, também, tabelas detalhadas por atividade econômica – Agropecuária Indústria e Serviços – com desagregações que representam um total de 18 atividades econômicas, em variação real e a composição setorial do PIB piauiense.

Por meio desta publicação a Secretaria de Planejamento dá continuidade à sua missão institucional, neste caso, direcionada à produção e divulgação de dados estatísticos e de indicadores socioeconômicos com a finalidade de subsidiar e orientar as ações do planejamento público e privado estadual, bem como a elaboração de estudos e pesquisas sobre a realidade do Estado.

Finalmente, ressalta-se a importância da cooperação disponibilizada pelo IBGE através de metodologia padronizada para todos os Estados para a consolidação e consistência dos resultados finais. Os dados são coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, construído de acordo com as recomendações das Nações Unidas, expressas no manual *System of National Accounts* 2008 – SNA 2008.

Antonio Rodrigues de Sousa Neto

Secretário do Planejamento

1 INTRODUÇÃO

O PIB anual das Unidades da Federação é calculado pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com institutos estaduais de estatísticas, no caso do Piauí, a CEPRO.

A divulgação do PIB anual definitivo ocorre com defasagem de dois anos. Tal período é necessário para a contabilização das bases de dados mais completas e abrangentes (bases estruturais), oriundas das diversas pesquisas anuais realizadas pelo IBGE, e possibilita a revisão de estimativas publicadas previamente.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) divulga neste relatório os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí para 2017, na nova série do Sistema de Contas Regionais (referência 2010).

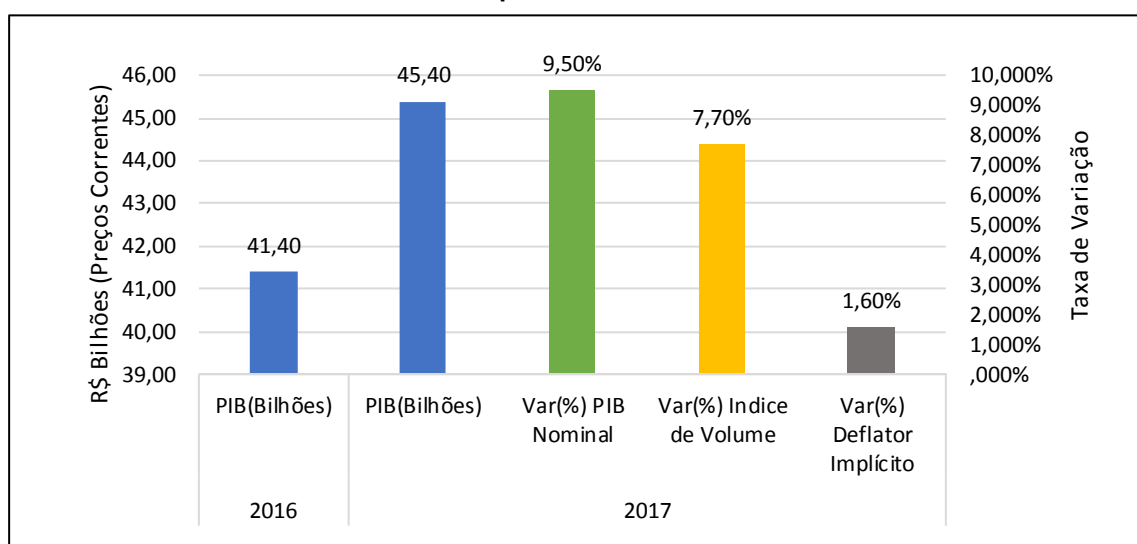
A nova série do Sistema de Contas Regionais do Brasil adota 2010 como ano de referência e incorpora as recomendações da mais recente revisão do Manual de Contas Nacionais – o *System of National Accounts* (SNA/2008) – organizado pela ONU, pelo FMI, pela OCDE e pelo Banco Mundial. Além de atualizações metodológicas, a nova série apresenta uma classificação integrada tanto à CNAE 2.0 quanto, entre outras fontes estruturais, aos dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009.

No sistema de apuração dos resultados, adota-se um procedimento de ajuste do resultado das Contas Regionais com as Contas Nacionais, que constituem a referência balizadora e o guia para a divulgação dos resultados consolidados. São inovações importantes da nova série, o detalhamento da conta de produção (valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto), segundo os 18 setores de atividade econômica: agricultura; pecuária; produção florestal e pesca; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; eletricidade, gás, água, esgoto e saneamento; construção civil; comércio (inclusive manutenção e reparação de veículos automotores); transporte, armazenagem e correios; serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras; atividades imobiliárias; atividades profissionais, técnico-científicas e administrativas; administração pública, educação, saúde e P&D pública, defesa e seguridade social; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e, por último, serviços domésticos.

2 O DESEMPENHO AGREGADO DA ECONOMIA DO PIAUÍ EM 2017

Ao longo do ano de 2017, a economia do Piauí gerou R\$ 45,4 bilhões de PIB a preços correntes, valor 9,5% superior ao do ano anterior (R\$ 41,4 bilhões). O crescimento do valor nominal do PIB, no entanto, pode ser inteiramente explicado pela evolução do nível geral de preços dos bens e serviços finais produzidos no Estado, conforme mensurado pela variação de 1,6% do deflator implícito do PIB. O índice de volume do PIB, que mede a evolução do produto real criado pela atividade econômica, teve variação positiva de 7,7% na comparação com o ano anterior (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto e taxas de variação (%) do valor nominal, do índice de volume e do deflator implícito – Piauí – 2016-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No mesmo período, o PIB da economia brasileira – avaliado a preços correntes – apresentou incremento nominal de 5,0% (passou de R\$ 6,269 trilhões, em 2016, para R\$ 6,583 trilhões em 2017). O índice de volume do PIB nacional obteve variação positiva de 1,32% em relação a 2016.

Em 2016, a economia recuou 3,3%. Pela ótica da produção, todas as atividades contribuíram com variações em volume negativo: Agropecuária (-5,2%), Indústria (-4,6%) e Serviços (-2,3%). Já no ano de 2017, a economia piauiense cresceu 7,7%, sendo a segunda no *ranking* nacional com elevação em volume na Agropecuária (130,3%) e Serviços (2%). O setor da Indústria continuou negativo (-3,8%), independente do aumento significativo na geração de energia eólica e fotovoltaica.

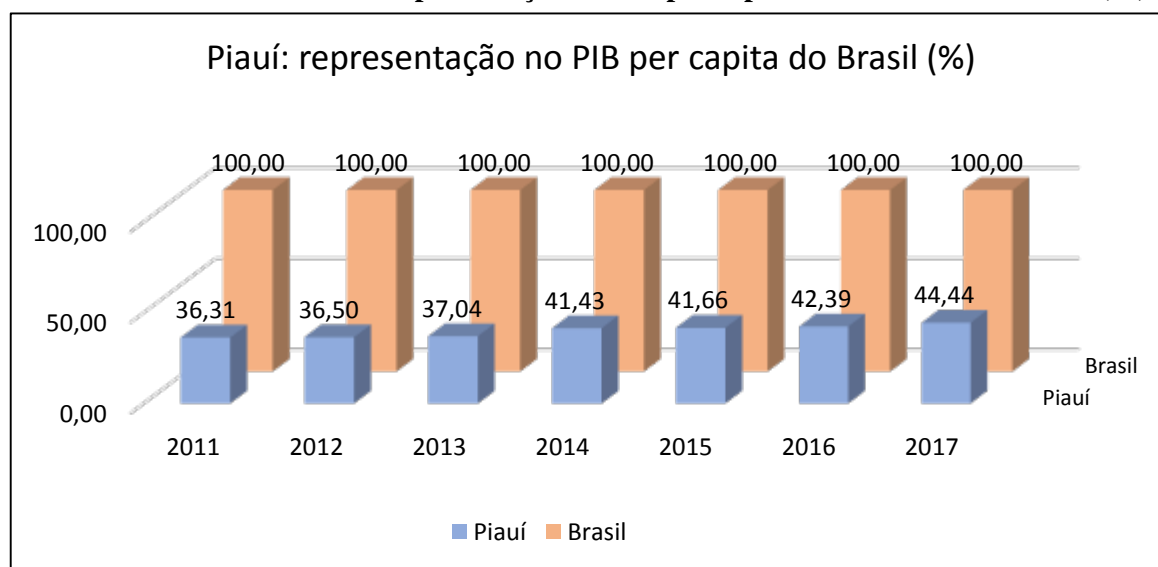
A participação do PIB do Piauí no total nacional permaneceu em 0,7% tanto em 2016 quanto em 2017. Não houve ganho de participação, apesar de o índice de volume do PIB piauiense ter evoluído 7,7% e a média nacional 1,32%, pois o deflator implícito do PIB estadual cresceu menos 1,6% do que a média nacional (3,3%).

As projeções para a população do Piauí, mais consistentes que as utilizadas na divulgação do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, foram usadas para estimar o PIB per capita do Piauí e sua evolução, em termos reais, no período 2010-2017.

O PIB per capita resulta do quociente entre o valor do PIB e a sua população residente. Para a população, utilizou-se a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU) em outubro de 2017, tendo 1º de julho como data de referência. Em 2017, o PIB per capita estadual atingiu R\$ 14.089,78, ante R\$ 12.890,25 em 2016, expansão de R\$ 1.199,53 e variação nominal de 9,3%. Este resultado fez com que o Piauí ficasse na 26ª colocação.

Já o PIB per capita nacional foi de R\$ 31.702,25, variação nominal de 4,2% em relação ao ano anterior e ao PIB per capita do Nordeste de R\$ 16.648,80 e variação nominal de 5,51%. Com esse resultado, o Estado manteve a segunda menor renda per capita do país.

Gráfico 2 - Estado do Piauí: Representação no PIB per capita do Brasil – 2011-2017 – (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Quanto à população, o Piauí ocupa a 19ª posição no ranking dos Estados, apresentando um contingente populacional residente de 3.219.257, em 2017, o que

representa 1,55% dos habitantes residentes no país, portanto, participação maior que a contribuição no PIB do país (0,7%), com densidade demográfica de 14,66 habitantes por quilômetro quadrado.

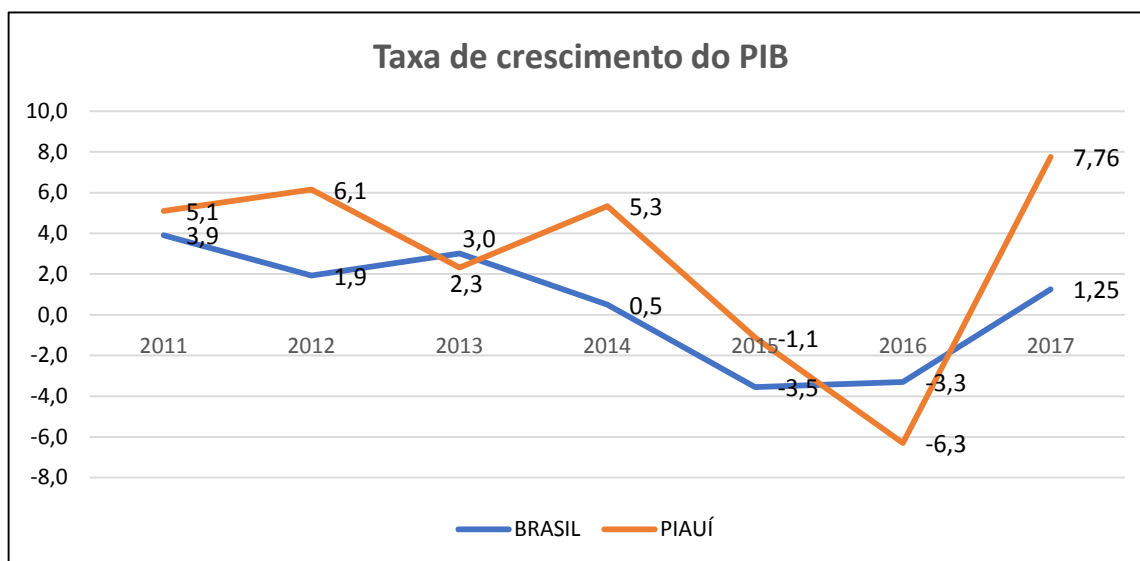
Tabela 1 - Piauí e Brasil: PIB, PIB per capita

Anos	Produto Interno Bruto		PIB per capita	
	Valores Correntes (Milhões)		Valores Correntes (R\$)	
	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil
2011	25.941	4.376.382	8.260,72	22.748,72
2012	28.638	4.814.760	9.060,41	24.825,15
2013	31.284	5.331.619	9.824,74	26.521,15
2014	37.723	5.778.953	11.808,08	28.500,24
2015	39.150	5.995.787	12.218,51	29.326,33
2016	41.417	6.269.328	12.890,25	30.411,30
2017	45.359	6.583.319	14.089,78	31.702,25

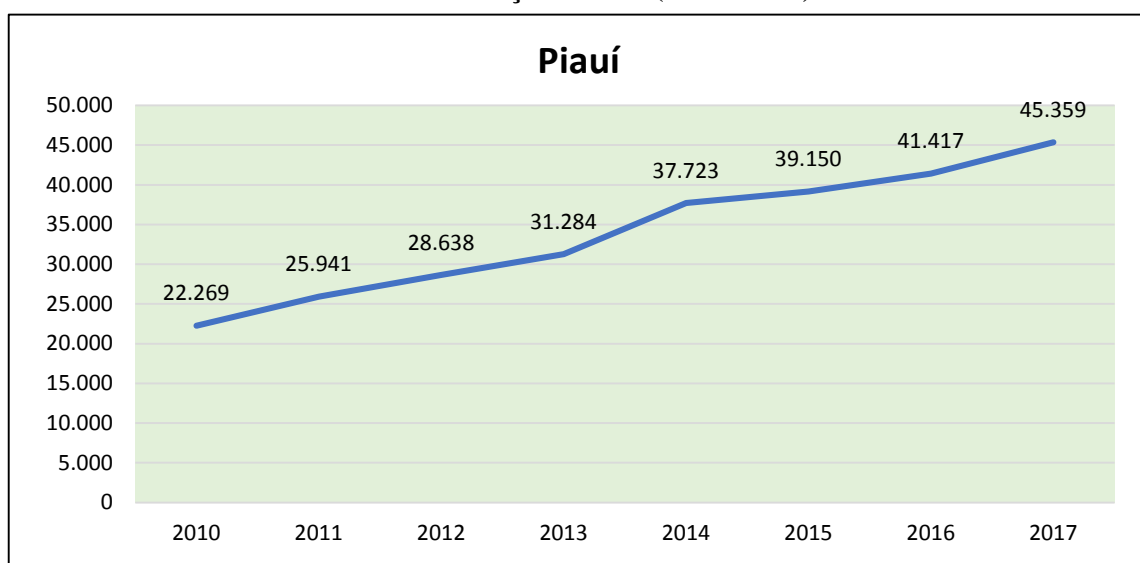
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O PIB é aferido sob a ótica da produção, representado pelos setores econômicos (Agropecuária, Indústria e Serviços) e sob a ótica da demanda, por investimentos, consumo das famílias, gastos governamentais e balança comercial.

No Estado do Piauí, o PIB apresentou uma elevação em volume de 7,7% em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o resultado aferido foi de R\$ 45,4 bilhões. Nos últimos sete anos (2011-2017), o Estado acumulou um crescimento de 20,1%, o que representa uma taxa média anual de 2,6 %, enquanto o País, no mesmo período, acumulou um crescimento de 3,7 %, representando uma média de 0,5 % ao ano (Gráfico 3).

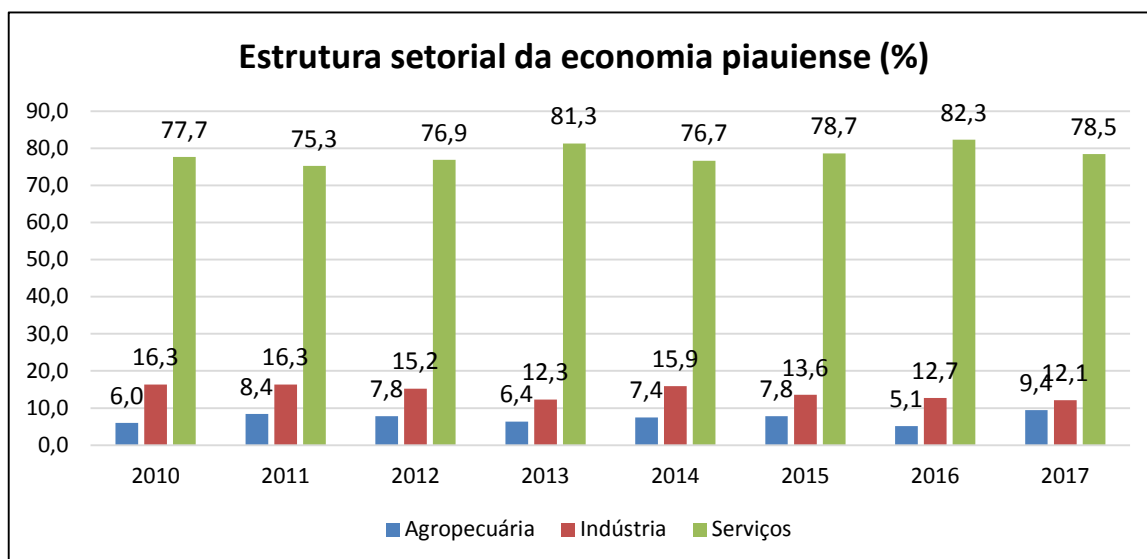
Gráfico 3 - Taxa de crescimento do PIB (%) – 2011-2017

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Gráfico 4 - Piauí – Evolução do PIB (R\$ milhões) – 2010-2017

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Gráfico 5 - Piauí – Estrutura setorial da economia (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Gráfico 6 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto do Piauí – 2017

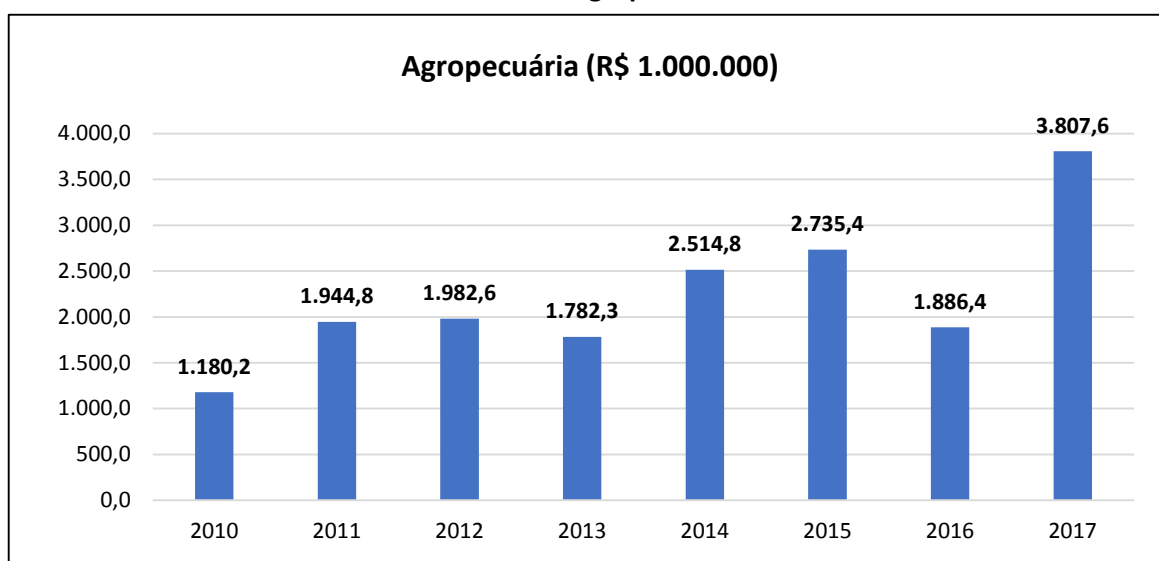


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

3 AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária é composta pela agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; pela pecuária, inclusive apoio à pecuária; pela produção florestal, pesca e aquicultura. Essas atividades somaram, em 2017, R\$ 3,807 bilhões de VA, com acréscimo de R\$ 1,921 bilhão em relação a 2016. Em volume, a atividade cresceu 130,3%, ante - 52,0% registrado no ano anterior.

Gráfico 7 - Valor adicionado da Agropecuária – Piauí – 2010-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

A expansão do índice de volume da agropecuária decorreu, fundamentalmente, do bom desempenho do setor agrícola, cujo produto real em 2017 foi 130,3%, superior ao realizado no ano anterior. Nas lavouras, destacaram-se as variações positivas da quantidade colhida de soja, arroz, feijão, milho e da cana-de-açúcar com expansão da quantidade produzida, rendimento médio e elevação do preço. Dentro da pecuária, destaca-se o crescimento em volume de suínos, aves e pesca.

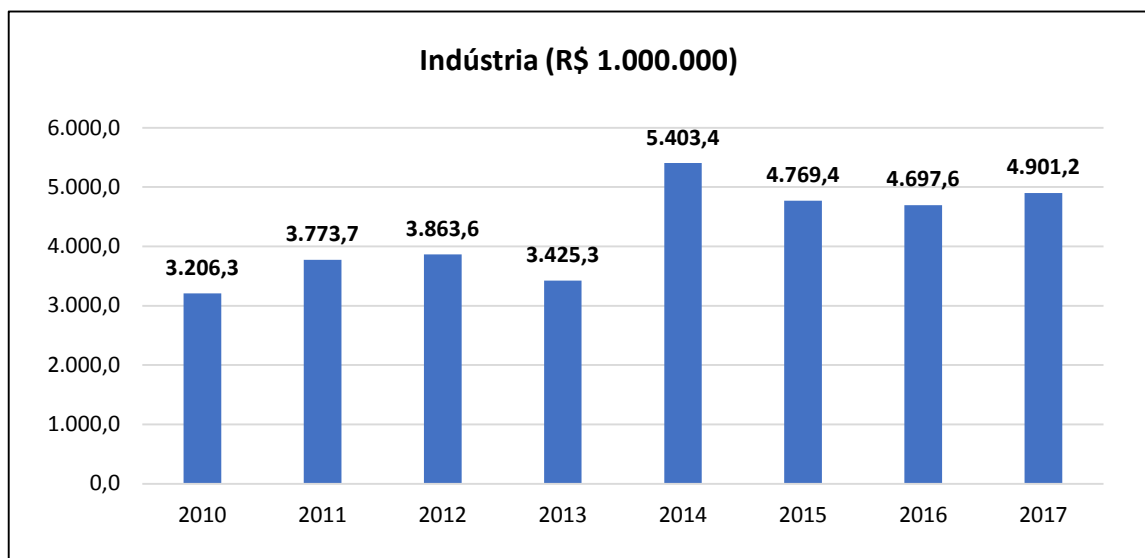
A participação das atividades econômicas do setor da agropecuária ficou assim distribuída em 2017: Lavoura Temporária (1,31%), Soja (3,62%), Lavoura Permanente (0,71%), Produção Florestal (0,35%), Pecuária (2,7%), Pesca e Aquicultura (0,33%). Comparando esses resultados com o ano anterior (2016), verifica-se que a soja apresentou o maior ganho de participação (742,9%).

4 INDÚSTRIA

A participação da Indústria na economia piauiense reduziu de 12,7%, em 2016, para 12,1% em 2017, ou seja, houve perda de 0,6%. Essa diminuição é resultado, principalmente, da perda de participação da indústria de transformação (-0,8%) e da construção (-0,7%). No que se refere ao índice de volume, a indústria recuou -3,8%.

A atividade industrial é composta pela indústria extrativa mineral; transformação; geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e construção. Essas atividades somaram, em 2017, R\$ 4,901 bilhões de VA em valores nominais, com acréscimo de R\$ 203,6 milhões em relação a 2016. O recuo em volume foi de -3,8%, ante uma taxa de -9,8% registrada no ano anterior.

Gráfico 8 - Valor adicionado da Indústria – Piauí – 2010-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Na estrutura estadual, a indústria representou 12,1% em 2017, com uma perda de 0,6% em comparação ao ano de 2016 (12,7%). As maiores perdas aconteceram na atividade da indústria de transformação e construção. Enquanto a indústria de geração e distribuição de eletricidade foi a única atividade que ganhou participação (1%), passando de 1,6% para 2,6% do VA.

A geração e distribuição de eletricidade teve aumento no volume de 296,3% em 2017, ante um aumento de 7,7% em 2016. O resultado da atividade foi em decorrência do aumento na produção de importantes usinas de energia eólica e fotovoltaica no Piauí. O Valor adicionado também teve aumento nominal de R\$ de 498,19 milhões no VA.

Por outro lado, a atividade de construção revela um comportamento negativo na participação pelo quarto ano seguido. Em 2017, apresentou recuo de 0,7%. Essa ocorrência está associada à crise econômica que vem atingindo o país desde o ano de 2014, gerando crédito caro para as empresas e famílias; retração da renda das famílias; queda do consumo e do investimento público e privado.

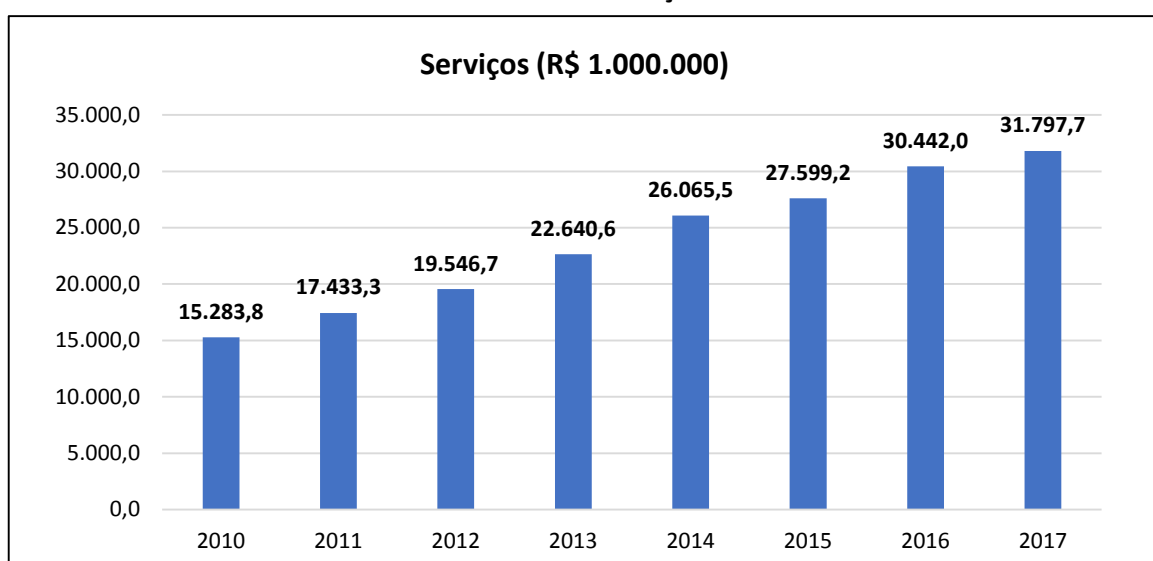
5 SERVIÇOS

O VA a preços correntes do setor de Serviços no Piauí atingiu o montante de R\$ 31,797 bilhões em 2017, um incremento de R\$ 1,355 bilhão em relação ao ano anterior. Em 2010, o VA da atividade era de R\$ 15,283 bilhões, ou seja, em sete anos aumentou R\$ 16,513 bilhões.

Em termos de volume, o setor de Serviços apresentou aumento de 2,0% em 2017, ante -1,3% registrada no ano anterior. Sua participação na estrutura estadual passou de 82,3% (2016) para 78,5% (2017), diminuiu 3,8%.

Em termos de valor de VA, as atividades mais relevantes no setor de Serviços foram as seguintes: administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados.

Gráfico 9 - Valor adicionado de Serviços – Piauí – 2010-2017



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No que se refere ao volume, em 2017 as atividades de Serviços de informação e comunicação; atividades financeiras e serviços relacionados; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e Saúde privada; Transporte e Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social

foram as atividades que apresentaram desempenhos positivos, as demais apresentaram taxas negativas ou estáveis.

O serviço de Comércio, a segunda atividade em importância do setor Serviços, permaneceu estável em 2017. Nesse sentido, o fraco desempenho das vendas do comércio piauiense é explicado pela queda da atividade econômica e do consumo das famílias. A deterioração no mercado de trabalho, nos últimos anos, tem levado à desaceleração da massa salarial, importante elemento de sustentabilidade das vendas do comércio.

Na atividade de Transporte, observou-se o crescimento de 3% de volume em 2017, puxado pela expansão do modal rodoviário de carga e de passageiros. A participação do transporte no VA estadual passou de 2,7%, em 2016, para 2,5% em 2017.

APÊNDICE

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preço corrente, por Grandes Regiões e Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil – Ano-Base 2010								
Produto Interno Bruto a preço corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1.000.000)								
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BRASIL	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	5.995.787	6.269.328	6.583.319
NORTE	207.094	241.028	259.101	292.442	308.077	320.688	337.302	367.862
Rondônia	23.908	27.575	30.113	31.121	34.031	36.563	39.460	43.506
Acre	8.342	8.949	10.138	11.474	13.459	13.623	13.754	14.271
Amazonas	60.877	70.734	72.243	83.051	86.669	86.568	89.040	93.204
Roraima	6.639	7.304	7.711	9.011	9.744	10.243	11.013	12.103
Pará	82.685	98.711	107.081	121.225	124.585	130.900	138.108	155.195
Amapá	8.238	9.409	11.131	12.763	13.400	13.861	14.342	15.480
Tocantins	16.405	18.346	20.684	23.797	26.189	28.930	31.585	34.102
NORDESTE	522.769	583.413	653.067	724.524	805.099	848.579	898.362	953.213
Maranhão	46.310	52.144	60.490	67.695	76.842	78.476	85.310	89.524
Piauí	22.269	25.941	28.638	31.284	37.723	39.150	41.417	45.359
Ceará	79.336	89.696	96.974	109.037	126.054	130.630	138.423	147.890
Rio Grande do Norte	36.185	40.993	46.412	51.518	54.023	57.251	59.677	64.295
Paraíba	33.522	37.109	42.488	46.377	52.936	56.142	59.105	62.387
Pernambuco	97.190	110.162	127.989	141.150	155.143	156.964	167.345	181.551
Alagoas	27.133	31.657	34.650	37.283	40.975	46.367	49.469	52.843
Sergipe	26.405	29.108	32.853	35.336	37.472	38.557	38.877	40.704
Bahia	154.420	166.603	182.573	204.844	223.930	245.044	258.739	268.661
SUDESTE	2.180.988	2.455.542	2.693.052	2.948.744	3.174.691	3.238.738	3.333.233	3.480.767
Minas Gerais	351.123	400.125	442.283	488.005	516.634	519.331	544.810	576.199
Espírito Santo	85.310	105.976	116.851	117.274	128.784	120.366	109.264	113.352
Rio de Janeiro	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.362
São Paulo	1.294.696	1.436.673	1.559.033	1.715.238	1.858.196	1.939.902	2.038.757	2.119.854
SUL	620.180	696.247	765.002	880.286	948.454	1.008.035	1.067.358	1.121.718
Paraná	225.205	257.122	285.620	333.481	348.084	376.963	401.814	421.375
Santa Catarina	153.726	174.068	191.795	214.512	242.553	249.080	256.755	277.192
Rio Grande do Sul	241.249	265.056	287.587	332.293	357.816	381.993	408.790	423.151
CENTRO-OESTE	354.816	400.153	444.538	485.623	542.632	579.746	633.072	659.759
Mato Grosso do Sul	47.271	55.133	62.013	69.203	78.950	83.083	91.892	96.372
Mato Grosso	56.601	69.154	79.666	89.213	101.235	107.418	123.880	126.805
Goiás	106.770	121.297	138.758	151.300	165.015	173.632	181.760	191.899
Distrito Federal	144.174	154.569	164.101	175.907	197.432	215.613	235.540	244.683

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto per capita, por Grandes Regiões e Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil – Ano-Base 2010							
Produto Interno Bruto do Brasil per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e unidades da federação (R\$1,00)							
Regiões / UF	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BRASIL	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.326,33	30.411,30	31.702,25
NORTE	14.975,16	15.878,07	17.219,22	17.879,20	18.358,69	19.043,21	20.509,47
Rondônia	17.491,60	18.938,69	18.007,85	19.462,61	20.677,95	22.072,99	24.092,81
Acre	11.990,36	13.360,72	14.777,18	17.034,15	16.953,46	16.837,69	17.201,95
Amazonas	19.990,58	20.117,80	21.810,12	22.373,36	21.978,95	22.245,02	22.936,28
Roraima	15.871,96	16.424,01	18.461,88	19.608,40	20.476,71	21.413,52	23.158,06
Pará	12.838,60	13.741,42	15.210,80	15.430,53	16.009,98	16.689,55	18.549,33
Amapá	13.749,97	15.933,06	17.365,38	17.845,34	18.079,54	18.329,19	19.405,11
Tocantins	13.095,72	14.590,19	16.098,79	17.495,94	19.094,16	20.598,73	21.998,34
NORDESTE	10.904,53	12.114,67	12.985,53	14.329,13	15.002,33	15.779,11	16.648,80
Maranhão	7.846,13	9.009,13	9.963,47	11.216,37	11.366,23	12.264,28	12.788,75
Piauí	8.260,72	9.060,41	9.824,74	11.808,08	12.218,51	12.890,25	14.089,78
Ceará	10.515,15	11.268,15	12.420,76	14.255,05	14.669,14	15.437,75	16.394,99
Rio Grande do Norte	12.815,67	14.377,13	15.269,44	15.849,33	16.631,86	17.168,60	18.333,19
Paraíba	9.787,93	11.136,68	11.847,81	13.422,42	14.133,32	14.774,41	15.497,67
Pernambuco	12.426,70	14.330,83	15.328,17	16.722,05	16.795,34	17.777,25	19.164,52
Alagoas	10.071,10	10.946,36	11.294,54	12.335,44	13.877,53	14.723,70	15.653,51
Sergipe	13.928,61	15.563,83	16.093,55	16.882,71	17.189,28	17.153,91	17.789,21
Bahia	11.817,87	12.879,59	13.616,22	14.803,95	16.115,89	16.931,10	17.508,67
SUDESTE	30.324,46	33.016,85	34.910,60	37.298,57	37.771,26	38.584,63	40.031,96
Minas Gerais	20.281,35	22.275,27	23.697,20	24.917,12	24.884,94	25.937,96	27.282,75
Espírito Santo	29.877,24	32.657,46	30.545,24	33.148,56	30.627,45	27.487,41	28.222,56
Rio de Janeiro	31.823,88	35.418,15	38.378,59	40.767,26	39.826,95	38.481,96	40.155,76
São Paulo	34.546,05	37.207,35	39.282,97	42.197,87	43.694,68	45.542,32	47.008,77
SUL	25.260,72	27.585,88	30.569,99	32.687,15	34.485,51	36.242,40	37.838,41
Paraná	24.459,07	27.001,97	30.323,46	31.410,74	33.768,62	35.726,38	37.221,00
Santa Catarina	27.555,30	30.046,38	32.334,04	36.055,90	36.525,28	37.140,47	39.592,28
Rio Grande do Sul	24.695,40	26.701,11	29.764,55	31.927,16	33.960,36	36.206,54	37.371,27
CENTRO-OESTE	28.092,35	30.819,44	32.389,57	35.653,48	37.542,83	40.411,86	41.557,23
Mato Grosso do Sul	22.253,17	24.754,90	26.747,59	30.137,58	31.337,22	34.247,79	35.520,45
Mato Grosso	22.482,25	25.572,10	28.035,75	31.396,81	32.894,96	37.462,74	37.914,00
Goiás	19.947,77	22.543,93	23.515,55	25.296,60	26.265,32	27.135,06	28.308,77
Distrito Federal	59.221,87	61.959,36	63.054,41	69.216,80	73.971,05	79.099,77	80.502,47

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação Regiões / UF	Produto Interno Bruto		População residente (hab)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)
	Preços correntes (R\$ 1.000.000)	Variação real anual (%)		
BRASIL	6.583.319	1,25	207.660.929	31.702,25
NORTE	367.862	3,67	17.936.201	20.509,47
Rondônia	43.506	5,28	1.805.788	24.092,81
Acre	14.271	0,09	829.619	17.201,95
Amazonas	93.204	4,85	4.063.614	22.936,28
Roraima	12.103	2,64	522.636	23.158,06
Pará	155.195	3,23	8.366.628	18.549,33
Amapá	15.480	1,63	797.722	19.405,11
Tocantins	34.102	3,35	1.550.194	21.998,34
NORDESTE	953.213	1,62	57.254.159	16.648,80
Maranhão	89.524	5,43	7.000.229	12.788,75
Piauí	45.359	7,76	3.219.257	14.089,78
Ceará	147.890	1,50	9.020.460	16.394,99
Rio Grande do Norte	64.295	0,52	3.507.003	18.333,19
Paraíba	62.387	0,05	4.025.558	15.497,67
Pernambuco	181.551	1,72	9.473.266	19.164,52
Alagoas	52.843	3,57	3.375.823	15.653,51
Sergipe	40.704	-1,01	2.288.116	17.789,21
Bahia	268.661	-0,02	15.344.447	17.508,67
SUDESTE	3.480.767	-0,02	86.949.714	40.031,96
Minas Gerais	576.199	1,54	21.119.536	27.282,75
Espírito Santo	113.352	0,38	4.016.356	28.222,56
Rio de Janeiro	671.362	-1,83	16.718.956	40.155,76
São Paulo	2.119.854	0,09	45.094.866	47.008,77
SUL	1.121.718	2,29	29.644.948	37.838,41
Paraná	421.375	1,95	11.320.892	37.221,00
Santa Catarina	277.192	3,62	7.001.161	39.592,28
Rio Grande do Sul	423.151	1,81	11.322.895	37.371,27
CENTRO-OESTE	659.759	4,17	15.875.907	41.557,23
Mato Grosso do Sul	96.372	5,16	2.713.147	35.520,45
Mato Grosso	126.805	12,46	3.344.544	37.914,00
Goiás	191.899	2,77	6.778.772	28.308,77
Distrito Federal	244.683	0,39	3.039.444	80.502,47

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 4 - Participação no Produto Interno Bruto a preço de mercado, por Grandes Regiões e Unidades da Federação (%)

Contas Regionais do Brasil								
Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0
NORTE	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,3	5,4	5,6
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
NORDESTE	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	14,3	14,5
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1
SUDESTE	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	52,9
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2
SUL	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8	17,0	17,0
Paraná	5,6	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4	6,4
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4
CENTRO-OESTE	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7	10,1	10,0
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0	1,9
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8	3,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 5 - Volume do PIB 2016 e 2017, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Volume Produto Interno Bruto				
Regiões / UF	2016	2017	Rank 16	Rank 17
BRASIL	-3,31	1,25	***	***
NORTE	-4,62	3,67	***	***
Rondônia	-4,16	5,28	17	4
Acre	-2,44	0,09	7	22
Amazonas	-6,83	4,85	27	6
Roraima	0,18	2,64	1	12
Pará	-3,98	3,23	18	10
Amapá	-4,86	1,63	20	16
Tocantins	-4,12	3,35	15	9
NORDESTE	-4,57	1,62	***	***
Maranhão	-5,63	5,43	23	3
Piauí	-6,34	7,76	26	2
Ceará	-4,11	1,50	16	18
Rio Grande do Norte	-4,04	0,52	14	19
Paraíba	-3,10	0,05	12	24
Pernambuco	-2,93	1,72	11	15
Alagoas	-1,37	3,57	3	8
Sergipe	-5,20	-1,01	22	26
Bahia	-6,23	-0,02	24	25
SUDESTE	-3,25	-0,02	***	***
Minas Gerais	-2,02	1,54	4	17
Espírito Santo	-5,26	0,38	21	21
Rio de Janeiro	-4,42	-1,83	19	27
São Paulo	-3,06	0,09	10	22
SUL	-2,40	2,29	***	***
Paraná	-2,59	1,95	8	13
Santa Catarina	-2,03	3,62	5	7
Rio Grande do Sul	-2,45	1,81	6	14
CENTRO-OESTE	-2,60	4,17	***	***
Mato Grosso do Sul	-2,66	5,16	9	5
Mato Grosso	-6,29	12,46	25	1
Goiás	-3,50	2,77	13	11
Distrito Federal	-0,02	0,39	2	20

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 6 - Variação em volume do Valor Adicionado 2017, por Unidades da Federação

Contas Regionais do Brasil				
Variação em volume do Valor Adicionado (%)				
Unidades da Federação	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
BRASIL	1,3	14,2	-0,5	0,8
NORTE	***	***	***	***
Rondônia	5,3	19,6	8,1	1,6
Acre	0,1	-10,5	-6,7	2,4
Amazonas	4,9	-3,0	7,5	4,3
Roraima	2,6	1,0	-2,8	3,3
Pará	3,2	7,4	4,4	1,8
Amapá	1,6	2,0	4,9	1,2
Tocantins	3,3	26,7	-4,0	0,7
NORDESTE	***	***	***	***
Maranhão	5,4	37,7	-3,5	4,1
Piauí	7,8	130,3	-3,8	2,0
Ceará	1,5	32,5	-2,8	0,7
Rio Grande do Norte	0,5	9,5	-6,2	1,8
Paraíba	0,0	8,9	-4,5	0,5
Pernambuco	1,7	9,2	1,4	1,4
Alagoas	3,6	24,7	-6,3	0,9
Sergipe	-1,0	33,3	-11,7	-0,3
Bahia	0,0	7,1	-2,9	0,2
SUDESTE	***	***	***	***
Minas Gerais	1,5	1,5	0,5	1,9
Espírito Santo	0,4	12,0	-0,3	-0,2
Rio de Janeiro	-1,8	-2,0	-3,1	-1,5
São Paulo	0,1	-0,9	-0,3	0,2
SUL	***	***	***	***
Paraná	2,0	12,0	-0,2	1,3
Santa Catarina	3,6	9,5	1,4	3,9
Rio Grande do Sul	1,8	11,4	-1,8	1,6
CENTRO-OESTE	-2,6	4,2	***	***
Mato Grosso do Sul	5,2	25,0	1,5	0,0
Mato Grosso	12,5	45,2	2,0	3,2
Goiás	2,8	19,2	-0,6	0,9
Distrito Federal	0,4	20,3	-8,5	0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 7 - Piauí – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto – 2010-2017

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	3,4	5,8	5,4	4,0	5,1	5,3	2,7	7,1
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7
Indústria	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1
Indústrias extrativas	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1
Indústrias de transformação	5,2	4,8	4,8	3,6	4,8	4,2	4,1	3,3
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,0	2,5	2,3	0,7	1,9	0,9	1,6	2,6
Construção	8,4	8,4	7,7	7,8	9,0	8,3	6,9	6,2
Serviços	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,9	16,7	17,5	18,5	16,0	14,8	15,4	14,7
Transporte, armazenagem e correios	3,0	2,9	2,3	2,6	2,0	2,3	2,7	2,5
Alojamento e alimentação	2,5	2,4	2,5	3,4	2,8	3,4	3,7	3,1
Informação e comunicação	1,5	1,3	1,1	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	2,3	2,4	2,5	2,6	3,0	3,4	3,5
Atividades imobiliárias	8,0	7,5	7,7	7,7	9,2	9,1	9,0	8,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,1	5,4	4,9	4,6	5,6	6,5	6,0
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	33,0	31,8	31,8	34,4	31,2	33,2	34,1	33,1
Educação e saúde privadas	2,3	2,3	2,6	2,7	3,6	3,0	3,2	3,2
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,6	1,7	1,3	1,6	1,2	1,4	1,3
Serviços domésticos	1,4	1,3	1,7	1,9	1,6	1,4	1,5	1,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

GLOSSÁRIO

Atividade econômica: conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Deflator implícito: variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

Impostos sobre produtos: impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma postos a disposição pelos seus proprietários.

Produto interno bruto: bens e serviços produzidos no país descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.

Valor adicionado: valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.